

A VIOLÊNCIA NA TESSITURA FAMILIAR

Maria Elisa Pacheco de Oliveira Silva¹

RESUMO

Este artigo é parte constitutiva de projeto de pesquisa-extensão, “Inclusão social em tempos de violência doméstica: o lugar da escola, empreendido por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba”, em uma escola pública, de um bairro periférico do mesmo município. As ações extensionistas ocorreram através de oficinas pedagógicas, em momentos distintos com os docentes e os familiares dos estudantes. Neste trabalho descrevemos e analisamos os avanços observados durante duas oficinas dirigidas aos familiares, ações intervencionistas que visaram refletir sobre as responsabilidades da família na atualidade, destacando os papéis atribuídos e desempenhados por seus membros e as diversas formas de organização familiar naquele universo, discutir coletivamente as implicações das relações família e escola para a sociedade e vice-versa, e fortalecer a Rede de Proteção à Criança e Adolescente. Para tanto, a abordagem bioecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner fundamentou e orientou os procedimentos de inserção na comunidade e na escola, as oficinas e a interpretação dos aspectos prosaicos e ou insurgentes relacionados à violência, segundo a visão de 14 familiares. As suas vozes depuseram a favor dos seus atributos que os potencializa a interpretar e a resignificar seus contextos, a reconhecer e refletir sobre os papéis dos membros da comunidade, como também sobre suas limitações, em razão da ausência do poder público naquela localidade, e a compreender a importância de se perceberem como força e parte integrante e responsável por transformações necessárias no interior das famílias e no ambiente sociocomunitário.

Palavras-chave: Família. Violência Familiar. Ambiente sociocomunitário.

ABSTRACT

This article refers to a research on social inclusion in violence domestic era: the place of neighborhood public school, done by an interdisciplinary group of researchers from Feira de Santana State University – Ba. The researches occurred during two educational workshop sessions with professors and students’ families, which resulted in interventionist actions in order to reflect on current family responsibilities, highlighting their roles as family members and their several ways of family organization, to debate collectively how school and family are related to society and vice-versa, and to strengthen the network of Child and Adolescent’s Protection. Thus, a development human bio-ecological approach, proposed by Urie Bronfenbrenner, founded and guided the procedures to compose the community, the school, the workshop sessions and the interpretation of the prosaic and/or insurgent aspects related to violence, according to 14 families’ point of views. Their voices testified in favor of

¹ Dra. em Família na Sociedade Contemporânea, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA
Email: mel@uefs.br

understanding and reframing their living contexts, recognizing and reflecting on the community members' roles, but also about their limitations, due to the absence of the government state. They need to realize their strength because they are responsible for the changes in the families and socio-community environment.

Keywords: Family. Family violence. Socio-community environment.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos assistido um crescente interesse por estudos acerca da violência doméstica. Profissionais de diversas áreas, sobretudo juristas, educadores e cientistas sociais empenham-se para mediar propostas e ações socioeducativas envolvendo os membros de famílias, a fim de neutralizar o potencial da violência e minimizar seus efeitos nas relações humanas no cerne familiar.

Minayo (1990) publicou um trabalho que já demonstrava a preocupação com estudos a esse respeito, comentando sobre a produção científica brasileira que relacionava a violência com questões de saúde pública. Em seguida e também em co-autoria realizou outros estudos relacionados com o tema, inclusive com a possível prevenção da violência (MINAYO e EDINILSA, 1999; 2003; MINAYO, 2002; 2004). Outra pesquisa realizada por Bhona, Lourenço e Brum (2011), levantou um número surpreendente de 636 estudos nacionais e internacionais, publicados entre os anos de 2006 a 2009 tratando da violência familiar, cujas vítimas foram homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, o que forneceu a ideia de que a violência familiar é uma linguagem e uma ação agressivas dirigidas a quaisquer dos seus membros.

Todavia, os novos saberes produzidos nos planos teóricos e empíricos mostram-se incipientes para aplacar as expressões da violência numa instituição em contínua reorganização estrutural, exigindo-nos a revisão consensual de uma concepção de família que lhe defina como tal, e a abertura de um canal de comunicação direto com os seus atores, para que eles próprios possam refletir, sentir e dizer dessa tessitura familiar e, assim, coletivamente, alvitrar novas possibilidades de enfrentamento à violência familiar.

Consideramos, neste trabalho, as vozes de 14 familiares, mães e avós de alunos de uma escola da rede de ensino público, que participaram de duas oficinas empreendidas pelo Projeto de Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana, Inclusão Social em Tempos de Violência Doméstica: o lugar da escola. Tivemos como objetivos das oficinas conscientizar a família da importância das parcerias para cumprir uma educação cidadã,

valorizando a interlocução com a escola; conhecer a história da invisibilidade dos maus tratos e violências nos âmbitos familiar e escolar; e identificar os pontos e os contrapontos da violência doméstica com os filhos, pais e sociedade, refletindo sobre valores, normas, e condutas sociais desejáveis.

O projeto supracitado incluiu as ações de extensão que se concretizaram por meio das oficinas pedagógicas, cujo foco foi sensibilizar e articular familiares de alunos de uma instituição de ensino público, moradores de um bairro periférico do município de Feira de Santana, na Bahia, e membros da própria escola, para juntos desenvolverem um plano de intervenção entre seus componentes, visando o fortalecimento da Rede de Atenção e Proteção, composta por eles e por outras instituições e instâncias sociais que atuam no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes naquela localidade.

Este trabalho, em particular, é resultante das duas últimas oficinas realizadas com as famílias dos estudantes na comunidade, e retrata apenas uma fração das atividades desenvolvidas pelo projeto de pesquisa e extensão anunciado inicialmente, centrando a atenção nas representações dos familiares sobre suas famílias, na dinâmica familiar que implicava nas relações interpessoais dos seus membros, e nas intercorrências da comunidade provocadas pela violência ou nela culminadas. A realização das oficinas deu-se com o apoio de dinâmicas interativas, sequenciadas por rodas de conversas.

Aqui é cogente declarar que os registros são apresentados segundo o roteiro dos diálogos coletivos. Isso porque decidimos não transpor os relatos dos familiares através de categorias de análises, deixando esse procedimento para as atividades de pesquisa propriamente dita, apesar de haver organizado os depoimentos dos familiares inicialmente em uma matriz primária, composta pelos aspectos mais nobres e os pungentes que foram produzidos, a saber: convivência familiar, referência dos pais (religiosidade, respeito e amor) modelos externos a família (escola e comunidade), dimensão afetiva pelos familiares, enfrentamento a violência (ausência do Estado), o que coincide, em parte, com a sequência adotada nas interpretações que são apresentadas no decurso deste trabalho.

Tivemos a preocupação de buscar traduzir os sentimentos dos familiares presentes nas oficinas e por isso os registros foram apresentados por meio dos principais aspectos e elementos que teceram a complexa teia de relações entre a família e a violência nos lares, a partir das experiências quotidianas, registradas no nosso diário de bordo. As notas descritivas serviram para construir uma matriz primária de interpretação e análise, e as notas reflexivas complementaram as interpretações de natureza teórica.

O cuidado com o tema, violência familiar, foi uma tópica presente desde o início do projeto de pesquisa-extensão. Primeiro porque sabíamos o quão tênue era a linha que separava a razão da emoção, e ao tratar sobre a violência familiar certamente estaríamos suscitando o surgimento de uma diversidade de experiências repletas de sentimentos difíceis de elaborar. E segundo, porque a elaboração do projeto nos demandou o cumprimento de critérios que permitissem sua aprovação pelo comitê de ética, a partir de quando houve a imersão no campo de forma gradual e consensual, via os procedimentos referentes às assinaturas dos termos de consentimento livre e esclarecido, e o estabelecimento de vínculos cooperativos entre os pesquisadores e os sujeitos. Na realização das oficinas pedagógicas o respeito, o cuidado ético e a dimensão humana foram matérias introdutórias das orientações para as atividades programadas.

Durante os trabalhos desenvolvidos nas oficinas argumentamos sobre o que representava a família para a formação da pessoa, e refletimos sobre as declarações e confidências delas próprias, sintetizadas em renúncia, fé, amor, união e preocupação com o futuro.

A nosso ver, esse projeto de pesquisa-extensão quando estendido às famílias criou a possibilidade concreta de haver reflexões coletivas sobre as causas presentes e os processos desencadeadores da violência familiar, assim como contribuiu para a identificação dos elementos propulsores desse tipo de violência, e para reconhecimento das dificuldades e limitações de transformar em curto prazo e sem apoio do Estado os quadros sociocomunitários mais aderentes aos circuitos de violência, os quais atingem direta e indiretamente as famílias.

Este trabalho está organizado primeiramente com a apresentação de uma síntese reflexiva sobre os aspectos presentes no espaço familiar que interferem no processo educativo dos seus membros, enfatizando conceitos relativos a esse grupo social e as suas formas de organização, as quais se mostram sobremaneira importantes e indispensáveis para a compreensão e formação da pessoa e de suas ações na sociedade. A qualidade das relações estabelecidas na família e os papéis desempenhados, segundo os modelos culturais, são tratados como a base para o desenvolvimento da pessoa e sua integração à realidade.

Em seguida descrevemos como as oficinas com as famílias se estruturaram, situando o tempo, local e participantes, e analisando os dados produzidos durante os encontros programados com as famílias, sob a ótica da opção teórico-metodológica que fundamentou não somente as atividades realizadas como o projeto que as deliberou, a abordagem

bioecológica do desenvolvimento humano, na perspectiva de Urie Bronfenbrenner. Finalizamos com a tradução dos depoimentos de familiares e a interpretação da realidade deles, procurando retratar suas dificuldades e perspectivas e, ao mesmo tempo, indicar as contribuições visíveis decorrentes das experiências vivenciadas nas oficinas.

POR UMA COMPREENSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO E DINÂMICA FAMILIAR PARA A FORMAÇÃO DA PESSOA

Pensar a família como a instituição social mais antiga e natural à pessoa significa inseri-la no próprio desenvolvimento da sociedade humana. Com razão se afirma que nela tem início o processo educativo, a socialização e a base emocional, através dos intercâmbios afetivos (SANTANDER, 2009).

A educação no ambiente familiar pressupõe a existência de modelos, papéis sociais e lugares desempenhados e assumidos por seus membros, inspiradores das condutas sociais internas e externas. Para Pinheiro e Biasoli-Alves (2008), o papel dos pais pode ser comparado como o dos primeiros educadores de seus filhos. Se no espaço familiar ocorrem às primeiras práticas educativas em todas as suas dimensões, permeada pela cultura a qual pertence, é também ali que ocorrem as aprendizagens e socializações mais básicas.

A vinculação entre os membros da família implica em um processo básico de socialização, e este se constitui em cuidados para com os filhos, nas normas e regras impingidas a eles, nas condutas, propostas e reações rotineiras com concordâncias e oposições. A vinculação também existe por meio da cooperação nas tarefas diárias dirigidas à organização doméstica, nas relações interpessoais, enfim, nas práticas do contexto familiar que colocam cada pessoa naturalmente em um *set* social e cultural que justifica dizer:

Al igual que la cultura, la familia no se elige. Se nace en ella, en un espacio-tiempo histórico determinado, y, precisamente, porque no se escoge, la cultura heredada al interior de la familia constituye la realidad con la que cada persona y cada nueva generación enfrentan la comprensión del mundo. Persona y sociedad coinciden en el seno familiar y es allí donde se establecen las relaciones que determinarán el comportamiento de las sociedades a través de la historia (SANTANDER, 2009, p. 103).

Para compreender a extensão do processo de socialização iniciado na família é sopesar acerca do mundo interiorizado a partir das relações familiares mediatizadas por seus membros. Farinha (2005) alerta que a família não é uma soma de individualidades, mas um

todo dinâmico no qual o comportamento de cada um dos membros está ligado ao de todos os outros e deles depende.

Assim, alude à cultura ditar o modelo estrutural familiar, com papéis e funções preestabelecidos aos membros da família. As hierarquias dos papéis familiares são organizadoras das relações entre os casais, filhos, irmãos e demais membros. Salienta, ainda, que em uma mesma sociedade coexistem vários modelos estruturais, porque as famílias se organizam também em função das classes sociais que as tornam suscetíveis às adaptações funcionais e à própria sociedade. Para ele a família não se mantém isolada do seu contexto e é de certa forma determinada pela estrutura social na qual se insere (FARINHA, 2005).

A família, assim compreendida, ultrapassa a compreensão de um grupo de pessoas ligadas por laços consanguíneos e/ou jurídicos, de modo que seu conceito envolve também as ligações fundadas na confiança, reciprocidade e projetos comuns (RELVAS, 2000). A família pode ser concebida como uma rede de complexas relações, cuja dinâmica envolve emoções, sentimentos e comportamentos modificados ao longo da sua história, no próprio cerne familiar.

As mudanças nas formas de organização familiar originaram as famílias nucleares com ou sem filhos biológicos, as famílias monoparentais de ambos os sexos, além daquelas que se reconstituíram, agregando novos membros por adoção ou acolhimento.

Além de uma organização compósita, dentro de cada família existem subsistemas formados a partir das gerações, gêneros, papéis familiares, objetivos, interesses, ou ainda, individual, parental, conjugal, fraternal, constituindo hierarquias e poder que interferem nas relações interpessoais dos seus membros, modificando-os (MINUCHIN, 1990). Nesse sentido, a família torna-se um contexto cujo funcionamento incide em transformações nas pessoas e nela própria. E, assim sendo, estudar as relações interpessoais desse contexto permite conhecer as suas normas reguladoras e compreender a dinâmica das condutas existentes.

Conforme Relvas (2000), para compreender a família é preciso tomá-la em relação ao contexto que a inclui, a sociedade, articulando-a com o seu funcionamento e com as respostas/comportamentos dos seus membros.

Considerar as ações dos membros da família no contexto implica relacioná-las com as suas características intrínsecas ao conjunto familiar, afirmam Martins e Szymanski (2004). As autoras dizem que, de forma semelhante, o modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano concebe a família tomando-a como uma unidade funcional ou um microsistema,

onde as relações devem se fundamentar na estabilidade, reciprocidade, equilíbrio de poder e diversidade de papéis, acrescentando:

O microsistema familiar é o primeiro sistema no qual o ser humano em desenvolvimento interage, e possui um padrão de papéis, de atividades e de relacionamentos que são associados a determinados comportamentos e expectativas, de acordo com a sociedade na qual está inserido. Como um sistema de encaixes contidos uns nos outros, o microsistema está inserido nos sistemas mais amplos que o influenciam e aos quais também influencia (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p.62).

Desse modo, é prudente também auscultar os estudiosos da família sobre os impactos que ela sofre face aos processos de modernização, os efeitos da economia, da política e dos meios de comunicação. Petrini, Alcântara e Moreira (2009, p. 260) compreendem que “a perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam-na a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro”.

Nessa perspectiva passou-se a conviver com diversas formas de organização familiar, como também com uma nova ordem jurídica nacional que regula as relações de direitos entre os casais e os filhos, tais como: o reconhecimento da união estável, a igualdade de direitos dos filhos fora do casamento, o divórcio, o poder familiar, e a guarda compartilhada dos filhos (SANTANDER, 2009). Em outra ótica, ele diz que a visão da família contemporânea apresenta mulheres que continuam sendo abandonadas com os seus filhos, sem que tenham poder econômico para sustentá-los, e condições como estas provocam conflitos de personalidade e maior propensão aos tipos de violência, embora não seja a única razão pela qual esta propensão se apresente. Assim, compreender as formas de organização familiar parece ser crucial para caracterizar os tipos de relações mais propensas neste e a partir deste contexto.

Uma vez admitindo a existência da diversidade de organização familiar, neste estudo adota-se um conceito, o qual sua aceção mais ampla não cabe excluir nenhuma forma de organização desse sistema, atribuindo que família,

[...] diz respeito ao sentimento que as pessoas têm e que emerge de formas particulares de se relacionarem entre si. A noção de família vincula-se, pois, a algo que pertence ao mundo social, das relações humanas, em suas diferentes formas de organização e parentesco. São relações de solidariedade e compromisso entre os seus membros. Por dizer respeito a um sentimento, o termo família pode ser estendido a todo agrupamento humano que se

autodenomina assim e por emergir e pertencer ao mundo das relações humanas, ele é histórico e cultural (BRASÍLIA, 2010, p. 42).

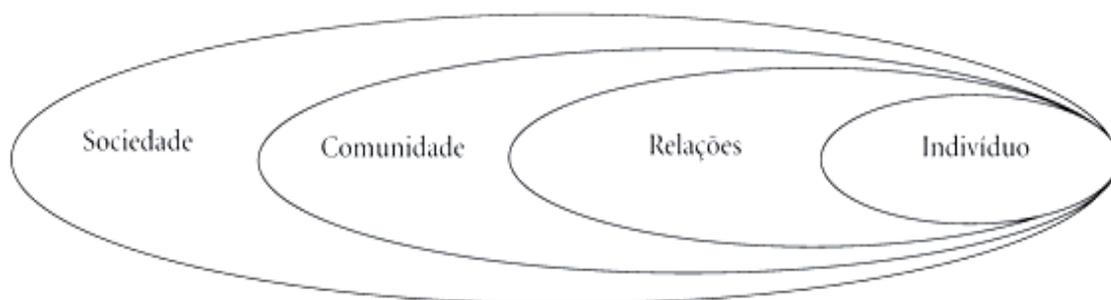
De modo geral, qualquer abordagem sobre a família nas últimas décadas, a mencionam como o núcleo da sociedade, sugerindo não somente um conceito, mas atribuindo-lhe elevada importância social, porque ela torna-se co-responsável pela renovação e melhoria da humanidade.

CONVERSANDO COM AS FAMÍLIAS: histórias sensíveis

As oficinas com os familiares de alunos da escola onde o projeto de pesquisa-extensão se desenvolveu, ocorreram respectivamente nos períodos de 2011 e 2012, na própria escola e no Centro de Atenção Psicossocial, situado no mesmo bairro, instituição frequentada por algumas das mães e seus respectivos filhos, geralmente aqueles com histórias de dependência a substâncias psicoativas.

A articulação para os encontros com as famílias foram feitas por membros do grupo de pesquisa e mediada por professores da escola, sempre limitando a participação em número de 20 familiares para cada oficina realizada, embora este número não tenha sido atingido em nenhuma das duas oportunidades. Os trabalhos foram coordenados e moderados por três pesquisadores e dois auxiliares de pesquisa.

Fundamentado no modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner (1996), as oficinas foram planejadas e realizadas segundo a concepção de que escola e a família correspondem a tipos de subsistemas dentro de um sistema social, conforme se ilustra:



Considerando que no foco da pesquisa encontra-se o estudante, o diagrama do primeiro nível da figura o representa e intenta conhecer e caracterizar os fatores pessoais, tais como: biológicos, psicológicos, demográficos, compondo a história de vida, os traços de

personalidade, as expressões de mais ou menos agressivo, enfim, identificar os fatores que caracterizem a presença ou a probabilidade da violência doméstica fazer parte de alguma forma da vida dele.

No nível seguinte ao indivíduo, o das relações, o enfoque passa a ser nos modos como os pares se ligam com os grupos sociais mais próximos, porque se tratando de violência doméstica, se potencializa nesses contextos.

Os contextos comunitários aparecem em terceiro nível no diagrama, incluindo os anteriores, e neste está contido o bairro onde o estudo se desenvolveu. Importa caracterizá-lo porque nesses contextos o grau de violência urbana, o modelo de organização comunitária e o nível de assistência do poder público no local podem potencializar a violência doméstica.

No nível da sociedade o conhecimento transcende os muros domésticos, embora sofram as influências indiretamente. Assim, é preciso saber como as pessoas pensam enfrentar os conflitos sociais, que normas e leis são conhecidas, respeitadas, como se dão as relações de gênero, o acesso à proteção policial, a participação política e a consciência cidadã, como são assistidas as pessoas no campo da saúde, educação, economia, serviços jurídicos, oportunidades de emprego, entre outros direitos básicos.

A interconexão dos subsistemas possibilitou incrementar as primeiras discussões com as famílias sobre a violência doméstica. Dinâmicas envolvendo desenho dos quatro momentos do dia em família, e a verbalização dos cotidianos familiares, favorecendo as primeiras palavras e significados relacionados à violência intrafamiliar, através de rodas de conversas, técnica que permite as pessoas falarem livremente sobre a temática e ao mesmo tempo indagar, responder questões do grupo e debater os pontos de maior divergência.

Assim, apesar de algumas inibições, foi possível identificar episódios de violência doméstica gerados pela ausência de diálogo entre pais e filhos, pela exacerbação da rebeldia dos filhos frente às orientações familiares, pela presença de comportamentos agressivos de filhos usuários de substâncias psicoativas, e pela convivência com pessoas ligadas ao tráfico dessas substâncias e outros delitos. Por fim, pela sobrecarga diária de tarefas domésticas e obrigações financeiras, arcadas por mulheres que também sofriam violências física, psicológica, patrimonial e verbal em suas casas.

É de Azevedo e Guerra o conceito de violência doméstica que ampara as interpretações utilizadas para os casos narrados por familiares, como se ler:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/adolescentes que, sendo capaz de causar dano, sexual e ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO E GUERRA, 2001, *apud* ROSAS e CIONEK, 2006, p. 11).

Entre os tipos de violências mais comuns ocorridas no âmbito familiar ou contra os familiares estão o abandono parcial ou definitivo. Esse tipo consiste na exposição da pessoa a situações de risco, ao afastamento do grupo familiar e a sonegação das necessidades básicas. A privação de materiais e condições para o desenvolvimento e proteção, constitui a negligência, enquanto que o dano corporal independentemente da intencionalidade e do número de ocorrência, desde que não ocorra acidentalmente é considerado violência física.

Por violência psicológica compreende-se todo modo de intimidação, injúria, ameaça, humilhação, constrangimento por meio de palavras ou ações, enquanto que violência sexual, abuso, são ações cuja finalidade é obter prazer sexual sob quaisquer condições e, finalmente, a violência fatal que ceifa a vida definitivamente (NEUMANN, 2000).

Histórias mais sensíveis envolveram a morte de adolescentes da escola, crianças que foram criadas no bairro e ali foram aliciadas pelo crime organizado, sem que as famílias pudessem livrá-las da morte precoce. A multicausalidade da violência doméstica naquele contexto indica a ausência do Estado em muitos aspectos fundamentais para a vida daquela comunidade, famílias e pessoas particularmente.

Nesse sentido, no tocante à comunidade se observou um sentimento compartilhado de abandono por aquelas famílias ou grande família que a constitui, lembrando o que nos diz Mahfoud (2007), a respeito da personalidade da comunidade, pois a estreita relação entre as pessoas faz com que cada experiência vivida pela comunidade seja uma experiência pessoal de seus membros, sobre o quê se lê:

[...] a vivência pessoal dentro das relações em que se sabe que há alguém sintonizado com sua experiência, com sua vivência de sofrimento, de expectativas mantidas ou frustradas... [...] tem a ver com o modo pelo qual alguém se interessa, preocupa-se, ocupa-se do outro com um sentido real de vivência em comum, de modo que a vivência de um ressoe nos pares, mantendo um modo próprio daquela comunidade – familiar, por exemplo – vivenciar cada coisa (p. 121).

Isto posto e acatado como uma possível leitura do contexto das famílias com as quais se interagiu nas oficinas, possibilitou considerar as relações familiares para além dos seus

significados elaborados nos seus respectivos espaços internos. Como assevera Mahfoud (2007), a sustentação interpessoal na comunidade é uma realidade que lhe confere uma funcionalidade e permite a leitura dos processos comunitários ali existentes, o que certamente se liga também à vinculação pessoal das famílias e pessoas particularmente.

Assim, a imbricação dos ambientes dos quais a pessoa participa no decurso da vida cotidiana repercute nos grupos sociais e vice-versa, de maneira visível ou não (ALVES, 1997; MARTINS e SZIMANSKI, 2004). Essa observação, do ponto de vista empírico, decorre dos depoimentos compartilhados e comumente vivenciados pelos participantes sobre a natureza da violência que povoa os ambientes familiares no sentido lato da palavra.

Fartos foram os exemplos de apoio de mães para mães, em cujos lares a violência existe ou é uma ameaça constante, na maioria dos casos fazendo uma interface com a violência protagonizada no próprio bairro por grupos delituosos, e pela parca assistência dos poderes públicos. A partir desses depoimentos interpretados, se elaborou o quadro seguinte, com o objetivo de ilustrar a leitura interpretativa das pessoas, das relações e dos contextos, enfocando os fatores propensos à violência doméstica, e tomando como referência teórica o modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 1996):

<u>Características pessoais</u>	<u>Características do grupo familiar</u>	<u>Características do contexto sociocomunitário</u>
- bem-estar físico, psicológico e social sofrível; - competência social e escolar precária; - perspectiva de futuro e projetos sociais ausentes ou tímidos; - presença de sentimento de exclusão; - pouco confiança em si próprio; -pouca capacidade para enfrentamento às crises.	- estrutura familiar instável; - pouca estabilidade nas relações interpessoais; - pais discordantes sobre a educação dos filhos; - ausência de limites para com os filhos; - raros diálogos entre os membros da família.	- precárias condições socioeconômicas; - baixa escolaridade; - pouco acesso aos bens culturais; - poucos postos de emprego; - relação escola-família hierarquizada; - serviços sociais e de saúde insuficientes à demanda; - rara presença de agentes da segurança pública.

Considerando a interrelação dos vários sistemas sociais, família, escola, e comunidade, os fatores acima elencados comprometem-se uns com os outros, justificando as condutas narradas nas histórias sensíveis das famílias oportunizadas pela escuta nas oficinas realizadas. Para elas, muitas histórias adversas ocorrem porque os membros de suas famílias não são

respeitados, referindo-se ao respeito que cada um deve ter pelo outro, reconhecendo, inclusive, que todos têm um valor no núcleo familiar. Isso se reflete também na atenção às necessidades e diferenças individuais que cada um requer.

Outra observação que é pertinente ser grifada é sobre os modelos representativos dos pais, pois alguns não têm comportamentos que sirvam como modelos a seguir pelos filhos, ao contrário, são agressivos e inconsistentes no que fazem. Isso, por sua vez, compromete a comunicação entre pais e filhos, dando espaço para a mentira, a desonestidade, a desobediência e a intemperança por parte de todos eles, donde graça a ameaça e o espancamento. Sobre esses tipos de comportamentos é possível estar relacionados com alcoolismo, drogadição e outros vícios e desequilíbrios emocionais, aumentando a frequência e intensidade de violência familiar explícita ou velada. A violência pode expressar a maldade, a tortura e a crueldade através de estratégias como as chantagens emocionais, a privação de liberdade, a barganha patrimonial, a total falta de respeito pelos direitos e sentimentos dos membros da família, pressões psicológicas, opressões e até castigos físicos que, às vistas da sociedade podem parecer irrepreensíveis (BALLONE e ORTOLANI, 2008).

O abandono e a omissão é outra forma de violência doméstica comum. Acontece quando os membros da família não sabem como lidar com o problema, a exemplo daqueles que são usuários de substâncias psicoativas. Há uma espécie de negação do problema, o qual se mantém encoberto até que uma situação vexatória, como a apreensão de um menor, requeira a intervenção dos pais, os quais se declaram impotentes frente à questão. Há exemplos de que a família mantém regras disciplinares rígidas, as transgressões são rigorosamente punidas, mas as respostas posteriores continuam inconsistentes, instituindo um ciclo de violência intermitente.

Conforme os familiares depoentes, a influência do ambiente externo tem sido um fator de risco constante, mas não sabem como lidar com a situação, porque nascem e crescem em um lugar e ali devem constituir um ambiente social de convivência amigável. A escola não tem sido um lugar de referência, porque os comportamentos ditos inadequados também se iniciam nos grupos escolares. Sentem-se despreparados para orientar os filhos, buscam apoio com outros pais e, principalmente, nas congregações religiosas que frequentam.

Frente a esses depoimentos, e a partir do exposto ao longo do texto, coube transpor as respostas obtidas das famílias através da aplicação de uma dinâmica para reflexão individual e coletiva sobre o espaço familiar de cada família ali representada. Com esse intuito, na segunda oficina realizada, a dinâmica de grupo “Eu e meu grupo familiar” apoiou os trabalhos

com as famílias, cujas exposições indicaram que elas são compostas pelo tipo mononuclear, com uma média de quatro membros, com filhos na faixa etária de 14 a 18 anos. Isso significa que vivem com os pais, não são filhos de famílias desfeitas ou refeitas. Os pais são também os principais provedores, e as mães se declararam responsáveis pelas tarefas domésticas, contando com a ajuda dos filhos.

Sobre a convivência familiar, agrada a união, a cooperação, a comunhão, e o amor dos filhos e as desagradam a desobediência dos filhos, a incompreensão, a falta de condições financeiras, a ausência de união e amor, as drogas, a violência e a prostituição, esta se referindo ao número de casos envolvendo adolescentes na sociocomunidade. As formas que percebem desagradar à própria família são reclamações, gritos, choros, castigos, frustrações, proibições, silêncios, ausências, conflitos, brigas de casal, e a ausência da paz. E agradam a família quando demonstram carinho e amor e organizam o ambiente doméstico.

Em uma dimensão especificamente afetiva declararam que morreriam se a família acabasse, perderia o amor, a atenção, os cuidados, a ajuda, não saberiam viver. Na família realizam juntos e cotidianamente a alimentação os cultos religiosos, os trabalhos domésticos, as conversas em grupo, e assistem aos programas televisivos. Sozinhos os filhos vão à escola, fazem os deveres escolares, jogam bola, frequentam o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), assistem programas televisivos e namoram.

Para as mães os filhos conhecem sobre suas preocupações maternas, sobre o que fazem, acerca da situação financeira da família, a respeito de suas vidas e do bom testemunho de vida que representam, o quanto são aguerridas, e de natureza sincera, e crêem que sabem sobre seus filhos tudo o que interessa e importa saber.

Todavia, quando se refere aos aspectos que mais preocupam a vida familiar, declaram que são objetos de grande tensão os passeios que os filhos realizam sozinhos, as brigas que ocorrem fora de casa, a morte que surpreende as famílias locais, as drogas, a violência na comunidade, as reuniões fora de casa, o envolvimento com as más companhias, as amizades, a violência na escola, o futuro incerto, as doenças que rodam os jovens (referindo-se às DST – doenças sexualmente transmissíveis) a situação financeira, o desestímulo pela escola e as experiências da rua.

Em contrapartida, sobre os aspectos que mais felicitam a vida familiar vigoram-se ao afirmar que são a obediência, a união, a serenidade, o diálogo, os louvores realizados juntos (referindo-se aos cultos religiosos), a declaração de amor dos filhos, o respeito e apoio incondicional, e a estabilidade financeira. Mas para fortalecer a família contam mesmo é com

a fé em Deus, as constantes orações, a sabedoria que advém do divino, e vêem a necessidade de dedicar mais tempo e atenção à família e diminuir o estresse. Ressentem-se da falta de assistência paterna e de mais união entre pais e filhos.

Naturalmente que as “queixas” maternas não eram infundadas, porque o modelo paterno, ausente da educação e da assistência cotidiana aos filhos vem mudando desde o século XX, e cada vez mais as novas formas de organização familiar e a dinâmica da vida moderna assim requerem, não somente pela inserção do grande número de mulheres no mercado de trabalho, como por um novo conceito de paternidade (ESCANE, 2013; CARVALHO, 2013).

A relação igualitária entre os genitores também é um avanço apontado por alguns estudiosos que fortalece as requisições das depoentes. O que mais chama atenção nesses estudos é o consenso de que a igualdade de responsabilidade pela subsistência e pelo processo educativo dos filhos é uma necessidade, embora na prática a tendência para que esta responsabilidade seja dividida entre os pais ainda encontre resistência por uma parcela masculina (BUSTAMANTE, 2005; FREITAS, COELHO e SILVA, 2007), enquanto que em estudo mais recente, essa disposição paterna se encontra em franca ampliação, inclusive com a consciência do quanto à participação na educação dos filhos é um fator que favorece o desenvolvimento deles (BENZIK E PERONI, 2011).

Em face da escassez de informações sobre aspectos que poderiam ajudar na compreensão dos fatores que interferiam nas relações familiares e sobre as formas para enfrentar e inibir a violência doméstica, a precariedade de recursos das famílias e a conjuntura sociocomunitária que viviam claramente visíveis nos depoimentos apresentados, e com o intuito de cumprir os objetivos extensionistas do projeto que sustentava as oficinas com os familiares, encartes, folhetos, cartilhas e livros com orientações sedimentadas na legislação vigente do país e em provisões teórico científicas foram compartilhados em todo o decurso do projeto, o que possibilitou discutir valores, normas e condutas desejáveis no âmbito familiar, segundo o conteúdo desses materiais que eram lidos e discutidos nas rodas de conversa.

PALAVRAS FINAIS

As reflexões realizadas em um espaço coletivo oportunizaram aos familiares nas oficinas realizadas dividirem as preocupações e anseios comuns, e fortalecerem os vínculos sociocomunitários. Isso também ajudou a se caracterizar a comunidade familiar como núcleo

de pessoas que recebe apoio das instâncias sociais, e que, portanto, pode instituir parcerias para cumprir uma educação cidadã.

Pensar conjuntamente alternativas para o enfrentamento da violência familiar prescindiu conhecer a história da invisibilidade dos maus tratos e outros tipos de violência que são naturalmente encobertos pela cultura do silenciamento, por mecanismos de disciplinamento e de sentimento de posse dos pais pelos filhos ou mesmo pela cultura do poder do mais forte sobre o mais fraco.

Questões que envolvem a dificuldade de exercer o poder familiar de forma respeitosa e democrática, o que pressupõe olhar o outro como sujeito de direitos, identificarem as formas subjacentes de violência existentes na coerção e submissão, na pressão psicológica e desvalorização da pessoa, além de todas as demais violências cruéis que se têm exemplos foram partes de um processo de intervenção junto às famílias que se mostrou promissor para a conscientização e para a implementação de movimentos transformadores no campo das relações familiares.

Em síntese, a proposta extensionista cuja pretensão foi a de fortalecer a família como um grupo constitutivo da rede de proteção à criança e ao adolescente, realizada via oficinas com os pais, favoreceu a compreensão e a distinção dos processos educativos, cujas condutas autoritárias, permissivas, democráticas, negligentes ou superprotetoras, a curto ou em longo prazo acabam por repercutir no equilíbrio familiar e produzir a violência entre seus membros.

Paira a consciência de que as oficinas inauguraram um espaço de diálogo entre pesquisadores e familiares, espaço constitucional para intensificar a interlocução e construção coletiva de saberes fundamentais à compreensão e condução de situações quotidianas no cerne familiar. Além disso, as oficinas revelaram a necessidade de se empreender outros projetos de pesquisa-extensão que focalizem a multicausalidade da violência, produzam dados explicativos sobre o seu ciclo nas famílias e proponha programas interativos de naturezas e temas diversos, segundo as demandas daquele contexto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paola BA ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: 1997, vol. 10, n. 2, p. 369-373.

AZEVEDO, Maria A., GUERRA, Viviane NA. **Violência psicológica doméstica**: vozes da juventude. São Paulo: Laboratório de Estudos da Criança (Lacri)/ PSA/IPUSP, 2001.

BALLONE, Geraldo J., e ORTOLANI, Ida V. **A família e transtornos emocionais**. 2008. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BENCZIK, Edyleine e BELLINI Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedag.** São Paulo, v. 28, n. 85, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 julho 2013.

BRASÍLIA. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional para a Primeira Infância**. Brasília, DF, 2010.

BHONA, Fernanda MC., LOURENÇO, Lelio M., BRUM, Camila RS. Violência doméstica: um estudo bibliométrico. **Arq. bras. Psicol**, Rio de Janeiro: 2011, v.63, n.1. p. 87-100.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas 1996.

BUSTAMANTE, Vânia. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. **Psicologia em Estudo**. Maringá, 2005; 10 (3): 393-402.

CARVALHO, Ana B. **O papel do pai na sociedade contemporânea**: concepções de pais, funcionários de uma empresa de estatal da Bahia. (Tese de Doutorado) Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Católica do Salvador. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea. 2013, 202f.

ESCANE, Fernanda G. A afetividade, o dever de cuidado e o direito de família. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**. 2013, vol. 4, nº 1. Disponível em: http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n12013/Fernanda_Escane.pdf. Acesso em: 08 dez. 2013.

FARINHA, José. **Para uma perspectiva sistêmica da realidade social**. 2005. Disponível em: http://w3.ualg.pt/~jfarinha/activ_docente/psi_social/textos/PS_ATB-sistemical.pdf. Acesso em: 11 out. 2013.

FREITAS, Waglânia MF, COELHO, Edméia AC, SILVA, Ana TMC. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. 2007, 23 (1):137-45.

MAHFOUD, Miguel. Centro pessoal e núcleo comunitário segundo Edith Stein: indicações para estudos sobre família. In: MOREIRA, Lúcia VC., CARVALHO, Ana MA. **Família, subjetividade e vínculos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MARTINS, Edna., e SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estud. Pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2013.

MINAYO, Maria CS. (Org.). **Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1990.

_____. O significado social para a saúde da violência contra crianças e adolescentes In: WESTPHAL, Márcia F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria CS. e SOUZA, Edinilsa R. (Org.). **Violência sobre o olhar da saúde: a infropolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2003. p. 23-48.

MINAYO, Maria C S., SOUZA, Edinilsa R. É possível prevenir a violência?: reflexões a partir do campo de saúde pública. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. 1999, vol. 4, n. 1, p.7-23.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NEUMANN, Marcelo M. **O que é violência doméstica contra a criança e o adolescente**. (2000). Disponível em: <http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/3951AED0-BECC-FF80-E7951DAEE6FF4F51.pdf> Acesso em: 13 julho 2013.

PETRINI, João C., ALCÂNTARA, Miriã AR. e MOREIRA, Lúcia V C. **Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas**. São Paulo: Paulinas, 2009.

PINHEIRO, Maria HC., ALVES, Zélia MMB. A família como base. In: WEBER, Lúcia. **Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares**. Curitiba: Juruá, 2008.

RELVA, Ana P. **O ciclo vital da família**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ROSAS, Fabiane K. e CIONEK, Maria IGD. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**. São José dos Pinhais, PR: jan./jun. 2006, v. 2, n. 1, p. 10-15.

SANTANDER, Alejandro C. **Um corazón descuidado: sociedade, familia y violencia em la escuela**. Buenos Aires: Bonum, 2009.